



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.00000001933

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2283205-69.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que são embargantes SARA MARINA SILVA LACERDA (ESPÓLIO), MARCIO LACERDA, PATRICIA MARINA SILVA MOREIRA GALVÃO ARANTES e JULIANA MARINA SILVA MOREIRA, é embargado ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Rejeitaram os embargos. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente) E REBOUÇAS DE CARVALHO.

São Paulo, 7 de janeiro de 2025.

OSWALDO LUIZ PALU

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 34633 (JV)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 2283205-69.2024.8.26.0000/50000

COMARCA : SÃO PAULO

EMBARGANTES: SARA MARINA SILVA LACERDA (ESPÓLIO) e OUTROS

EMBARGADA : FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Cumprimento de sentença. Decisão que indeferiu o pedido de habilitação direta dos herdeiros da extinta esquite, bem como o levantamento de valores pertencentes ao espólio, até que sejam definidos pelas vias legais os seus verdadeiros herdeiros ou sucessores. V.Acórdão que deu parcial provimento ao recurso dos agravantes, para reformar em parte a decisão agravada.

1. Alegação de obscuridade no aresto, sob o argumento de que decidiu de forma contrária à legislação vigente, tendo em vista que não há necessidade de que seja realizada a propositura de medida judicial para a partilha da herança para, somente, após, autorizar o levantamento dos valores. Alegação no sentido de que o acórdão contraria o que determina o artigo 1.784, do Código Civil e o artigo 110 do Código de Processo Civil, assim como os artigos 687, 688 e 778 do mesmo diploma legal. Inocorrência. Acórdão que se pronunciou, com clareza, a respeito da matéria debatida nos autos e, entendeu pela necessidade de ajuizamento de inventário, para levantamento dos valores, eis que a regra do Direito Processual pátrio assim estabelece, até mesmo para resguardar o direito de terceiros. Habilitação de herdeiros que apenas garante a regularidade na continuidade do processo, mas não tem relação direta e necessária com a questão relativa à definição dos valores destinados aos herdeiros e à divisão dos bens do extinto, o que, de fato, deve ser discutido no Juízo do Inventário, caso existente.

2. Aresto recorrido que não obstou a habilitação direta dos agravantes no presente incidente, inexistindo, portanto, qualquer violação aos artigos 687, 688, 778 e 110, todos do Código de Processo Civil, o que também foi esclarecido no acórdão recorrido.

3. Existência de determinação expressa acerca da necessidade de escritura pública de inventário e partilha extrajudicial para alteração da titularidade do crédito, o que reforça a tese no

sentido da necessidade de ajuizamento de inventário seja ele judicial ou extrajudicial, para anotação junto ao DEPRE e, consequente, levantamento do crédito existente na ação originária, situação que fora claramente exposta no aresto impugnado.

4. Ausência de obscuridade à luz do artigo 1.022, do CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados.

I – RELATÓRIO.

Cuida-se de **embargos de declaração** opostos contra o v. acórdão de **fls.41/49** que, nos autos da ação de procedimento comum, em fase de cumprimento de sentença, deu parcial provimento ao recurso dos agravantes para reformar em parte a decisão agravada. **Inconformados, interpõem os embargantes o presente recurso (fls.01/06 do incidente)**, sustentando que o acórdão apresenta obscuridade na medida em que contraria a jurisprudência do C.Superior Tribunal de Justiça que entendeu que os sucessores têm legitimidade para pleitear valores independente de inventário. Aduzem que o aresto foi contrário ao que determina o artigo 1.784 do Código Civil, assim como aos artigos 110, 778, 687 e 688, todos do Código de Processo Civil, pois apesar de autorizar a habilitação dos herdeiros direta nos autos, não permitiu o levantamento dos valores de titularidade do credor falecido, determinando a realização de inventário, contrariando assim os artigos de lei citado e a jurisprudência do STJ, devendo assim ser aclarado para que conste ser possível o levantamento dos valores, independente de inventário. Argumentam que os herdeiros habilitados nos autos detêm capacidade para realizar o levantamento de valores diretamente nos autos do processo, sendo que a determinação de primeiro realizar inventário para reconhecimento dos herdeiros e partilha do direito se mostra desnecessária e somente oneraria os herdeiros que já se encontram devidamente representados nos autos. Sustentam que o regramento processual civil permite a habilitação dos sucessores nos próprios autos

e consequentemente o levantamento dos valores, pela simples comprovação da condição de herdeiros, não se justificando condicionar o levantamento de valores a informação de abertura de processo judicial de inventário, arrolamento, ou sobrepartilha, porquanto a ausência de instauração de inventário não é motivo para impedir que o cumprimento de sentença prossiga em nome dos herdeiros. Acrescentam que a determinação de ajuizamento de inventário ou sobrepartilha para levantamento de valores trata-se de excesso de formalismo que viola os princípios da celeridade processual e da segurança jurídica, tornando inválidos os artigos legais supracitados. Por fim, alegam que o artigo 20, do Provimento do Conselho Superior da Magistratura nº 2.753/2024 não obsta o levantamento dos valores sem o ajuizamento do inventário, corroborando com os artigos do CPC e jurisprudência pacífica do STJ, vez que com a habilitação dos herdeiros diretamente nos autos o próprio Juízo da execução determinará a alteração da titularidade do crédito em favor dos herdeiros e será anotado pela DEPRE. Requerem seja aclarado o v. acórdão e declarada regular a habilitação realizada diretamente em nome de todos os herdeiros com a possibilidade de levantamento dos futuros valores a serem recebidos diretamente nos autos, independentemente da abertura de inventário e/ou sobrepartilha. Ressaltam, ainda, que os presentes Embargos de Declaração são opostos a fim de sanar as obscuridades existentes no v. acórdão, bem como também tem a finalidade de provocar prequestionamento da matéria suscitada. **É o relatório.**

II — FUNDAMENTO E VOTO.

1. Os embargos de declaração não comportam acolhimento.

2. Inexiste no v. acórdão qualquer obscuridade à luz do art. 1.022 do CPC/2015, sendo a pretensão do embargante de exclusiva e inadmissível revisão do julgado.

3. Note-se que não há violação ao artigo 1.074, do Código Civil e, tampouco aos artigos 110, 687, 688 e 778, todos do Código de Processo Civil, tendo em vista que a habilitação dos herdeiros foi deferida no acórdão embargado, conforme se observa da leitura dos **itens 4, 4.1 e 4.2 de fl.45:**

“4. Como se nota, o comando normativo acima reproduzido autoriza a habilitação dos sucessores por falecimento de qualquer das partes, sem exigir a abertura de inventário.

4.1. Já o artigo 688, inciso II, da lei adjetiva de 2015, é claro ao dispor que a habilitação pode ser requerida pelos sucessores do falecido.

4.2. Assim, quanto à habilitação dos ora agravantes nos autos do feito subjacente ao presente recurso, na qualidade de sucessores da coautora falecida, fica reformada a r. decisão agravada, permitida a habilitação direta dos sucessores, desde que se comprove documentalmente a efetiva qualidade destes, questão a ser verificada no juízo de primeiro grau”.

4. Com relação ao levantamento de valores, o acórdão impugnado claramente consignou que o levantamento do valor depositado dependerá da existência de inventário, uma vez que, embora a habilitação dos herdeiros garanta a regularidade na continuidade do processo, não tem relação direta e necessária com a questão relativa à definição dos valores destinados aos herdeiros e à divisão dos bens do

extinto que, de fato, deve ser discutida no Juízo do inventário, caso existente, ou até **eventual existência de credores** a quem os valores serão destinados preferencialmente (**item 5 de fls.45/46**). Observa-se, inclusive que o **item 06 de fl.48** do aresto recorrido mencionou acerca da necessidade de apresentação de escritura pública de inventário e partilha extrajudicial, a fim de viabilizar a alteração de titularidade do crédito em favor dos herdeiros pela DEPRE, de forma que o pagamento seja efetivado aos sucessores da parte exequente, tal como disposto no artigo 20, do Provimento do Conselho Superior da Magistratura nº 2.753/2024:

"6. Ademais, há agora, determinação expressa nesse sentido, conforme os termos do **artigo 20, do Provimento do Conselho Superior da Magistratura nº 2.753/2024**, que deve ser observado e que assim reza:

"Artigo 20 - A alteração da titularidade do crédito em favor dos herdeiros será anotada pela DEPRE mediante ordem emanada da autoridade judicial competente ou apresentação da escritura pública de inventário e partilha extrajudicial, instruída com as seguintes informações:

I - nome, CPF, RG e data de óbito do credor, assim como o nome, parentesco em relação ao "de cujus", data de nascimento, número de RG e CPF e eventual prioridade por doença grave ou deficiência em relação a todos os sucessores;

II - quinhão devido a cada sucessor;

III - dados bancários de cada sucessor;

IV - procuração outorgada ao advogado que represente os sucessores."

5. Nesse contexto, conforme as normas acima transcritas, o levantamento dos valores deve ser condicionado à abertura de inventário ou partilha extrajudicial, para que possa ser efetivada a definição dos valores destinados aos herdeiros e à divisão dos bens do

extinto, inclusive com o recolhimento do imposto devido naqueles autos, devendo, inclusive, ser considerado **eventual existência de credores e/ou demais herdeiros** que, geralmente, desconhecem o recebimento de crédito no juízo da execução e que, portanto, podem ser eventualmente prejudicados.

6. Logo, conclui-se que inexistente qualquer mácula no aresto recorrido apta a alterar o resultado do julgamento, motivo pelo qual não merece prosperar a irresignação manifestada. Na verdade, o que pretendem os embargantes é reinstaurar discussão já analisada em sede de agravo de instrumento. Os fatos permanecem inalterados e já foram analisados no momento oportuno.

7. Finalmente, nunca é demais salientar que, quanto à necessidade de prequestionamento para possibilitar o acesso às instâncias superiores, considera-se prequestionada a matéria infraconstitucional e constitucional invocada, eis que pacífico que o magistrado não é obrigado a citar todos os dispositivos legais reclamados pela parte quando a questão trazida a juízo já foi suficientemente enfrentada e decidida no corpo do voto condutor. Nesse sentido, aliás, a norma preconizada no artigo 1.025 do NCPC/2015, 'in verbis':

"Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade."



RELATOR